

DESAFIOS DA LEITURA E DA ESCRITA NAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: REFLEXÕES A PARTIR DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Gisleine Gomes Ramos¹

Lílian Bárbara Cavalcanti Cardoso²

Elainy Cristina de Jesus Oliveira³

Joseline Ferreira Bezerra⁴

Leticia de Oliveira Santos⁵

Elían Sandra Alves de Araújo⁶

Resumo

Este artigo nasceu da necessidade de aprofundar os estudos a partir da experiência de duas autoras como coordenadoras pedagógicas do 6º ao 9º ano. No cotidiano escolar, evidenciou-se um problema recorrente: estudantes das séries finais do Ensino Fundamental que ainda se encontram em processo de leitura e escrita. A partir dessa constatação, propõe-se uma reflexão sobre o analfabetismo funcional e suas implicações no percurso formativo dos jovens. Fundamenta-se em autores como Paulo Freire, Magda Soares, Emília Ferreiro e Bernardo Charlot, articulando suas contribuições à realidade vivida em escolas públicas das redes municipais de Maceió e Joaquim Gomes (AL). O texto defende que a superação das dificuldades de leitura e escrita exige uma ação articulada entre gestão, coordenação pedagógica e professores, centrada em práticas significativas de letramento e mobilização do estudante para o aprender.

Palavras-chave: alfabetização; letramento; coordenação pedagógica; ensino fundamental; mobilização para o aprender.

INTRODUÇÃO

Este artigo surgiu da necessidade das autoras, enquanto coordenadoras pedagógicas do 6º ao 9º ano, de compreender e refletir sobre uma problemática observada no cotidiano escolar: a permanência de estudantes com dificuldades de leitura e escrita

¹ Pedagoga. Especialista em Gestão Escolar e Educação Especial. Servidora Pública Municipal pela SEMED de Maceió/AL e da SEMED de Joaquim Gomes. Email: leinegomes@gmail.com;

² Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação (UFAL). Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Colégio de Aplicação Professora Telma Vitória da Universidade Federal de Alagoas (CApTV/UFAL), lilian.cardoso@cedu.ufal.br;

³ Pedagoga. Servidora Pública Municipal pela SEMED, Maceió/AL. Email:

⁴ Pedagoga. Especialista em Gestão Escolar e Práticas Pedagógicas. Possui experiência em Coordenação pedagógica e como Professora dos Anos Iniciais. Atualmente desenvolve projetos literários e executa-os na sala de leitura da referida escola. Servidora Pública Municipal pela SEMED, Maceió/AL. Email: f.joseline@yahoo.com.br

⁵ Pedagoga, Especialista em Gestão e coordenação escolar, Mestre em Ensino de Ciências e Matemática. Tutora online do PRIL/UFAL campus do Sertão. Professora dos Anos Iniciais pela SEMED, Maceió/AL e da Sala de Recursos Multifuncionais pela SEDUC/AL. Email: leticia.santos@cedu.ufal.br

⁶ Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Campus Dois Irmãos, vinculada ao Departamento de Educação (DEd). Doutora em Educação pelo programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Especialista MBA em Gestão Ambiental com Ênfase em Auditoria - (UCB/RJ). Graduada em Licenciatura Plena em Ciências com Habilitação em Biologia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), elian.araujo@ufrpe.br ;



nas séries finais do Ensino Fundamental. Jovens que não leem com fluência, apresentam dificuldades de compreensão textual e não conseguem produzir escritos com coerência e coesão revelam lacunas persistentes no processo de escolarização, que deveriam ter sido superadas nos anos iniciais.

A relevância social deste estudo reside no fato de que o domínio da leitura e da escrita é condição essencial para o exercício pleno da cidadania e para a inserção crítica na sociedade. Assim, compreender as causas e os desdobramentos dessa defasagem é fundamental para a proposição de estratégias pedagógicas eficazes.

De acordo com o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), 29% dos brasileiros entre 15 e 64 anos estão em condição de analfabetismo funcional. Entre os jovens de 15 a 29 anos, o índice também é alarmante: cerca de 16% vivenciam essa situação. No Nordeste, as taxas de alfabetização são ainda mais baixas, com estados que registram índices inferiores a 85% de pessoas plenamente alfabetizadas.

Esses dados refletem um problema estrutural, e não casos isolados. Nas redes municipais de Maceió e Joaquim Gomes, onde as autoras atuam, observa-se a mesma tendência: estudantes chegam às séries finais sem dominar as habilidades básicas de leitura e escrita. A escola, nesse contexto, enfrenta o desafio de lidar com as consequências acumuladas de um processo de alfabetização fragmentado e descontextualizado.

Diante deste contexto, buscamos responder à seguinte questão: como a atuação da coordenação pedagógica pode contribuir para a superação das dificuldades de leitura e escrita nas séries finais do Ensino Fundamental, ressignificando o processo de alfabetização e letramento desses estudantes?

A partir dessa indagação, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre as práticas e estratégias que podem ser adotadas pelos coordenadores pedagógicos, em articulação com professores e gestores escolares, para promover o desenvolvimento da leitura e da escrita em estudantes em processo de defasagem.

Mais do que uma análise teórica, o artigo parte de vivências concretas das autoras em contextos escolares reais, nas redes municipais de Maceió e Joaquim Gomes (AL), buscando compreender as múltiplas dimensões envolvidas nesse fenômeno, pedagógicas, sociais, afetivas e institucionais.

O estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter reflexivo e interpretativo, que toma como referência os aportes teóricos de Paulo Freire (1996), Magda Soares (2004), Emília Ferreiro (1985) e Bernardo Charlot (2000). Esses autores,



ao discutirem os conceitos de alfabetização, letramento e mobilização para o aprender, oferecem subsídios para pensar uma prática pedagógica que reconheça o estudante como sujeito ativo, capaz de atribuir sentido ao seu próprio processo de aprendizagem.

METODOLOGIA

A presente pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, ancorada na compreensão de que os fenômenos educacionais são construções sociais complexas, que exigem interpretação e contextualização. Como aponta Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa busca compreender o significado que as pessoas atribuem às suas experiências, enfatizando a profundidade e a singularidade das situações estudadas.

Nessa direção, o estudo desenvolve-se sob a forma de uma revisão de literatura de caráter interpretativo e reflexivo, entendida, segundo Montuori (2005), não como simples levantamento de obras, mas como processo criativo e dialógico de construção do conhecimento. A revisão, portanto, é concebida como uma investigação teórica que permite ao pesquisador situar-se criticamente no campo, elaborando um contexto conceitual próprio para compreender o fenômeno da alfabetização e do letramento nas séries finais do Ensino Fundamental.

Com base nesse princípio, foram analisados obras e estudos que abordam a alfabetização, o letramento e o analfabetismo funcional no Brasil, especialmente nas séries finais do Ensino Fundamental, bem como referenciais teóricos que discutem as dimensões sociais e culturais da aprendizagem. Entre os principais autores e documentos consultados destacam-se Magda Soares (2004), Paulo Freire (1996), Emília Ferreiro (1985), Bernard Charlot (2000), Juarez Dayrell (2007) e o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf, 2024).

A análise foi guiada pelo propósito de integrar diferentes perspectivas teóricas, identificando convergências, tensões e lacunas nas discussões sobre a alfabetização e o letramento em etapas posteriores da escolarização. Assim, mais do que descrever o que já foi produzido, buscou-se interpretar criticamente o campo, relacionando as teorias à realidade observada nas escolas públicas e à experiência das autoras enquanto coordenadoras pedagógicas.

Por fim, em consonância com Montuori (2005), a revisão de literatura é compreendida como um espaço de criação teórica e epistemológica, que permite ao pesquisador dialogar com diferentes vozes e construir novas interpretações sobre o



fenômeno estudado. Dessa forma, a metodologia aqui adotada reafirma o compromisso com uma investigação qualitativa, crítica e reflexiva, que reconhece o papel ativo do pesquisador e a natureza social, cultural e política do ato de aprender.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender a complexidade das dificuldades de leitura e escrita nas séries finais do Ensino Fundamental, é fundamental retomar os conceitos de alfabetização e letramento, que, embora distintos, são profundamente interdependentes.

Segundo Magda Soares (2004), ao longo das últimas décadas o Brasil passou por um processo de “invenção do letramento” e, ao mesmo tempo, de “desinvenção da alfabetização”, o que resultou na perda da especificidade desse processo nas práticas escolares. A autora explica que, enquanto nos países desenvolvidos o letramento surge como preocupação após a alfabetização, isto é, voltado à ampliação das competências de leitura e escrita em contextos sociais. No Brasil os dois conceitos se mesclaram e, muitas vezes, se confundiram:

No Brasil, [...] o despertar para a importância e necessidade de habilidades para o uso competente da leitura e da escrita tem sua origem vinculada à aprendizagem inicial da escrita, desenvolvendo-se basicamente a partir de um questionamento do conceito de alfabetização (Soares, 2004, p. 7).

Esse entrelaçamento, embora tenha favorecido uma compreensão mais ampla das práticas de linguagem, levou também a equívocos pedagógicos. Para Soares, a alfabetização perdeu sua especificidade, entendida como o domínio do sistema alfabético e ortográfico, sendo frequentemente diluída em propostas de letramento generalizadas. A autora chama esse fenômeno de “desinvenção da alfabetização”, advertindo que:

“A alfabetização, como processo de aquisição do sistema convencional de uma escrita alfabética e ortográfica, foi, de certa forma, obscurecida pelo letramento, porque este acabou por prevalecer sobre aquela, que, como consequência, perde sua especificidade” (SOARES, 2004, p. 11).

Contudo, essa defesa da especificidade não significa dissociar os dois processos. Ao contrário, Soares enfatiza que alfabetização e letramento são interdependentes e simultâneos:

A entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo



desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita – o letramento” (Soares, 2004, p. 14).

Assim, alfabetizar não se reduz à decodificação, mas implica ensinar o código dentro de contextos significativos de uso da língua escrita. Letrar, por sua vez, requer oferecer experiências sociais de leitura e escrita, mas sem negligenciar o ensino explícito das correspondências fonema-grafema. É nesse equilíbrio, que a autora denomina “reinvenção da alfabetização”, que se encontra o caminho para uma aprendizagem efetiva e socialmente relevante.

Ao se observar a realidade educacional brasileira, nota-se que os desafios da alfabetização hoje não se restringem à etapa inicial do Ensino Fundamental. O analfabetismo funcional, conceito que se refere à incapacidade de compreender, interpretar e usar a leitura e a escrita em situações cotidianas, tem se tornado um dos principais indicadores do fracasso escolar no país. De acordo com dados do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), cerca de 29% dos brasileiros entre 15 e 64 anos encontram-se em condição de analfabetismo funcional, e entre os jovens de 15 a 29 anos o índice atinge aproximadamente 16%.

Esses números evidenciam que grande parte dos estudantes brasileiros aprende a decodificar palavras, mas não desenvolve as competências de compreensão e produção textual necessárias para participar de forma crítica e autônoma da sociedade letrada. Como afirma Soares (2004), a escola brasileira vive “uma nova modalidade de fracasso escolar”, na qual muitos alunos chegam aos anos finais “semi-alfabetizados”, revelando lacunas que não são apenas cognitivas, mas também sociais e culturais.

Esse quadro reforça a necessidade de compreender a alfabetização como um processo contínuo, que ultrapassa os limites dos anos iniciais. Superar o analfabetismo funcional exige práticas pedagógicas que articulem alfabetização e letramento de modo dialógico e contextualizado, considerando o estudante como sujeito histórico, produtor de cultura e participante ativo das práticas sociais de linguagem.

Paulo Freire compreende a leitura como um ato político e de autonomia porque, para ele, ler o mundo antecede e dá sentido à leitura da palavra. Em obras como *A importância do ato de ler* (1996) e *Pedagogia da Autonomia* (1997), Freire afirma que alfabetizar não é apenas decodificar sinais gráficos, mas compreender criticamente a realidade e agir sobre ela.

A leitura, nesse sentido, é um ato de libertação, pois desperta a consciência crítica do sujeito e o convida à participação ativa na transformação do mundo. O ato de



ler está vinculado à tomada de consciência e à autonomia, uma vez que o indivíduo alfabetizado de modo crítico passa a “ler o mundo” com seus próprios olhos, compreendendo as relações de poder, opressão e injustiça que o cercam.

Dessa forma, o desafio da escola contemporânea, especialmente nas séries finais do Ensino Fundamental, está em reconciliar alfabetização e letramento, reconhecendo suas “muitas facetas” e garantindo práticas pedagógicas que unam o ensino sistemático do código escrito ao uso social e crítico da linguagem, contribuindo para a formação de leitores e produtores de texto competentes, autônomos e conscientes de seu papel na sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pensar estratégias pedagógicas para enfrentar as dificuldades de leitura e escrita nas séries finais do Ensino Fundamental exige, antes de tudo, repensar o próprio conceito de fracasso escolar. Sob a perspectiva de Bernard Charlot (2000), o fracasso não é uma característica do aluno, mas uma construção social, que expressa uma relação desigual entre o estudante, o saber e a escola. Charlot propõe deslocar o olhar da lógica da carência, que culpa o aluno por não aprender, para a lógica da relação com o saber, entendendo que todo sujeito aprende quando atribui sentido e valor ao conhecimento.

O autor afirma que “ninguém pode aprender no lugar do outro, mas ninguém aprende sozinho” (Charlot, 2000, p. 68), destacando que a aprendizagem é um processo relacional e simbólico. Assim, em vez de rotular os estudantes como “fracassados” ou “desmotivados”, é preciso compreender por que e para quê eles aprenderiam. O que está em jogo, portanto, é a mobilização para o aprender — conceito central em sua teoria. Mobilizar significa criar condições para que o estudante perceba valor no saber, significado na escola e pertinência entre o conteúdo ensinado e sua própria história de vida.

Essa perspectiva implica um deslocamento nas práticas pedagógicas: o foco deixa de ser apenas o ensino de técnicas de leitura e escrita e passa a ser a produção de sentido para o aprender. O coordenador pedagógico e os professores devem atuar como mediadores dessa relação, promovendo práticas que despertem o interesse e o pertencimento dos jovens ao universo da escola. Para isso, algumas estratégias se mostram fundamentais:



- 1. Reconhecer o estudante como sujeito de saberes. É preciso partir daquilo que o aluno já sabe e vive, valorizando sua experiência cotidiana, suas referências culturais e suas linguagens próprias. O saber escolar deve dialogar com esses saberes de vida, conforme defende Charlot (2000), para que o conhecimento acadêmico faça sentido.
- 2. Criar situações de aprendizagem significativas. Projetos interdisciplinares, sequências didáticas contextualizadas e práticas de leitura vinculadas a temas da realidade social podem ressignificar o ensino. A leitura de textos de música, notícias, redes sociais ou manifestações culturais locais, por exemplo, pode aproximar os estudantes do ato de ler e escrever como prática viva e situada.
- 3. Estimular a autoria e o protagonismo. É essencial envolver os jovens em processos criativos de escrita, produção multimodal, saraus literários, podcasts, jornais e murais escolares. Ao tornar-se autor, o estudante passa a se reconhecer como produtor de cultura, não apenas como receptor de conteúdos.
- 4. Investir na formação docente e na escuta pedagógica. A mobilização dos estudantes requer professores capazes de compreender a heterogeneidade das trajetórias juvenis e de acolher as diferenças sem hierarquizá-las. Para isso, a escola precisa formar continuamente seus educadores, promovendo espaços de diálogo e reflexão sobre as práticas.

A contribuição de Juarez Dayrell (2007) complementa essa discussão ao trazer o olhar sobre a juventude como uma construção social, e não como uma fase homogênea. Para o autor, compreender o jovem implica reconhecer suas formas de ser, sentir e aprender, marcadas por contextos de desigualdade, mas também por criatividade, resistência e produção cultural. Segundo ele, “[...] a escola precisa se abrir para o mundo juvenil, reconhecendo as manifestações culturais e os modos de expressão dos jovens como parte legítima do processo educativo” (Dayrell, 2007, p. 111).

Sob esse olhar, o problema da defasagem em leitura e escrita não é apenas pedagógico, mas também relacional e identitário. Muitos jovens se distanciam da escola não porque não querem aprender, mas porque não se veem reconhecidos nela. Incorporar as vozes juvenis ao currículo, promover espaços de escuta e criar projetos que articulem a cultura escolar com a cultura juvenil são estratégias essenciais para restabelecer o vínculo com o aprender.



Assim, inspiradas em Charlot e Dayrell, as estratégias pedagógicas para enfrentar o analfabetismo funcional e as dificuldades de leitura e escrita devem considerar que ninguém fracassa sozinho, o fracasso é sempre coletivo, quando a escola deixa de mobilizar o desejo de aprender. Recriar práticas que façam sentido, que dialoguem com as experiências dos jovens e que reconheçam o saber como instrumento de emancipação é o caminho para transformar a escola em um espaço de pertencimento, autoria e formação integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Superar as dificuldades de leitura e escrita nas séries finais do Ensino Fundamental é um desafio coletivo que exige olhar sensível e ação articulada. A experiência das autoras demonstra que não se trata apenas de ensinar a ler e escrever, mas de devolver ao estudante o prazer de aprender, o pertencimento à escola e o sentido do conhecimento.

Assim, é urgente repensar as práticas pedagógicas, investir em formações docentes significativas e construir um projeto de escola que reconheça o estudante em sua integralidade. Somente uma ação integrada entre gestão, coordenação e professores poderá garantir o direito à aprendizagem plena e significativa, condição indispensável para o exercício da cidadania e a transformação social.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. In: DAYRELL, Juarez (Org.). *A escola e o jovem: novos sujeitos, novos desafios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 103–122.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1985.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 45. ed. São Paulo: Cortez, 1996.



SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, p. 5–17, jan./abr. 2004.

